

<b>REUNIÃO DE CONSELHO CONSULTIVO</b>
<b>Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral</b>
<b>54ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral</b>

<b>DADOS GERAIS</b>
<b>Local:</b> Sede dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral
<b>Endereço:</b> Rodovia RS 427 Km 18 – Itaimbezinho
<b>Data:</b> 12/03/2018
<b>Horários:</b> 09h00 as 12h00 (Capacitação) 14:00 hs as 18:00 hs Conselho
<b>Participantes:</b> Conforme lista de presença no anexo 1.
<b>PAUTA</b>
<p><b>Manhã:</b></p> <p style="padding-left: 40px;"><b>1. Capacitação para conselheiros*</b></p> <p><b>Tarde:</b></p> <p style="padding-left: 40px;"><b>2. Posse dos representantes do mandato 2017-2019</b></p> <p style="padding-left: 40px;"><b>3. Apreciação/votação sobre alterações pontuais no Plano de Manejo</b></p> <p style="padding-left: 40px;"><b>4. Reativação de Câmaras Técnicas</b></p> <p style="padding-left: 40px;"><b>5. Informes Gerais</b></p> <p style="padding-left: 40px;"><b>6. Agendamento das próximas reuniões</b></p>
<b>ATA</b>

1 Aos doze dias do mês de março do ano de 2018, na sede dos Parques  
2 Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral, teve início a 54ª.  
3 Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo, às 14h na sede do  
4 Parque Nacional de Aparados da Serra na sala do Auditório. Estiveram  
5 presentes os participantes de acordo com a lista de presença em anexo.  
6 Após um trabalho de Capacitação para os Conselheiros efetuado no  
7 período da manhã de 09 à 12h00, Clarice Nascimento Lantelme Silva,  
8 Presidente do Conselho Consultivo e Chefe dos Parques Nacionais de  
9 Aparados da Serra e da Serra Geral deu início à reunião em epígrafe  
10 apresentando os temas as serem abordados, sendo a aprovação da ata da  
11 reunião anterior, tomada de posse e entrega de certificados aos  
12 conselheiros de 2018 a 2020 cujo mandato se inicia com a posse e não  
13 com a data da publicação da portaria. Seguindo sobre a pauta entrará em  
14 votação o tema das alterações pontuais do plano de manejo e será tratado  
15 o tema da reativação das câmaras temáticas e em seguida serão tratados  
16 os informes gerais, tendo como sugestão dentro deste tema o processo de  
17 escolha da pauta das Assembleias.

18 **1. APRESENTAÇÃO DOS GRUPOS**

19 Se deu início às apresentações do resultado do trabalho das oficinas de  
20 Capacitação dos Conselheiros orientado pela Sra. Iara Vasco Ferreira a  
21 Analista Ambiental da Regional CR9 do CNPT Centro Nacional de Pesquisa  
22 e Conservação da Sócio Biodiversidade, um centro de pesquisa e

## **REUNIÃO DE CONSELHO CONSULTIVO**

### **Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral**

#### **54ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral**

23 conservação do ICMBIO vinculado à diretoria de ações sócio ambientais e  
24 tem um foco de trabalho com povos indígenas, com unidades tradicionais  
25 e gestão participativa.

26 Tendo em vista que na parte da manhã foi falado sobre a questão do que é  
27 um conselheiro, apresentou-se a seguir o questionamento e resposta dos  
28 grupos iniciando-se com a resposta compilada do primeiro grupo sobre a  
29 pergunta:

30 O que é um Conselho de unidade de conservação? É um grupo de pessoas  
31 representantes deste seguimento da sociedade, interdisciplinar, paritário,  
32 governamental e não governamental, que atua em prol do aprimoramento  
33 das unidades conservacionistas.

34 Qual é o foco do Conselho do Parque? O foco do conselho dos parques é a  
35 gestão dos Parques para fazer cumprir os objetivos de criação das  
36 unidades de conservação, alinhada ao plano de manejo de forma  
37 participativa e colaborativa.

38 Como o Conselho das unidades de conservação deve funcionar? De forma  
39 organizada, representativa, participativa e objetiva com assiduidade de  
40 seus membros, afinado com a gestão das unidades de conservação e que  
41 os interesses coletivos sobreponham os interesses individuais, com  
42 constância de atividades, propondo encaminhamentos efetivos para as  
43 demandas das unidades de conservação.

44 O segundo questionamento trata da questão dos representantes do  
45 conselho, cuja resposta do grupo: O Conselho ser representado pelo  
46 conjunto dos atores relevantes dos usuários representativo dos três  
47 municípios e entidades privadas e públicas.

48 Qual o papel do conselheiro? O conselheiro deve entender qual a função  
49 do Conselho junto aos Parques Nacionais para que ele possa participar de  
50 forma ativa eletiva e presencial. Deve analisar as situações, sugerir ações  
51 e soluções, dar encaminhamento das ações, ser o elo entre a gestão dos  
52 Parques e o seguimento a quem representa. Encerrada a apresentação dos  
53 grupos uma vez que foi feita uma compilação das discussões nos itens  
54 acima apresentados.

55 **APROVAÇÃO DA ATA ANTERIOR**

56 A Presidente questionou se além de erros de digitação ou ortografia  
57 alguém considerava haverem alterações de interpretação a serem  
58 consideradas sobre a ata anterior e não houve solicitação de alteração.

59 O Sr. Nelson Brugger da Federação Gaúcha de Montanhismo FGM  
60 comentou a facilitação proporcionada pelas linhas numeradas na ata.

61 A Presidente fez oficialmente o questionamento a seguir: - Alguém não  
62 aprova a ata que foi enviada com sete dias de antecedência para que fosse  
63 revisada e proposta a alteração neste momento da reunião? Não houve  
64 manifestação alguma. A Ata será impressa e solicitada a assinatura de  
65 todos. Relativamente a ata da reunião de 11/09/2017, foi repassada a ata  
66 anterior, a qual já estava aprovada por todos para que fossem colhidas as  
67 assinaturas faltantes.

68 **2. POSSE DOS REPRESENTANTES DO MANDATO DE 2018-2020**

**REUNIÃO DE CONSELHO CONSULTIVO**

**Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral**

**54ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral**

- 69 A Presidente convoca os conselheiros empossados para receberem os  
70 certificados, assinarem o termo de posse e fazer as fotos:
- 71 Chamado o Sr. Antônio José Porto conselheiro que representa o Sindicato  
72 dos Produtores Rurais de Jacinto Machado.
- 73 Chamado o Sr. Pablo Cesar Leshmann Albernez que representa a  
74 Universidade Unisino o qual ainda não havia retornado e recebeu antes do  
75 final da presente reunião seu certificado.
- 76 Chamada a Sra. Jaqueline Posser Gallina que representa o Instituto  
77 Federal Catarinense – Campus Santa Rosa.
- 78 Chamado o Sr. Dariel Oliveira Macedo que representa a Câmara dos  
79 Vereadores do Município de Cambará do Sul o qual não estava presente.
- 80 Chamado o Sr. Renato Nunes que representa a Secretaria Municipal de  
81 Meio Ambiente de Cambará do Sul o qual não estava presente.
- 82 Chamado o Sr. Dirceu Bianchini que representa a Secretaria Municipal de  
83 Educação de Cambará do Sul.
- 84 Chamado o Sr. Avenir de Oliveira Martins que representa a Secretaria  
85 Municipal de Agricultura de Praia Grande o qual não estava presente.
- 86 Chamada a Sra. Nívea Franzen que representa a ONG Miraserra.
- 87 Chamada a Sra. Ana Lúcia Lima que representa a Secretaria Municipal de  
88 Turismo de Praia Grande.
- 89 Chamado o Sr. Josemar Contesini que representa a Associação de  
90 Agências da Serra Geral – ASG.
- 91 Chamado Juliano Morales de Oliveira que representa o Comitê Estadual  
92 da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica – CERBMA/RS que não se fez  
93 presente.
- 94 Chamado o Sr. Valdir da Silva Selau que representa a Associação dos  
95 Moradores de Nossa Senhora Mãe dos Homens que não se fez presente.
- 96 Chamado o Sr. Nelson Brugger que representa a Federação Gaúcha de  
97 Montanhismo – FGM.
- 98 Chamado o Sr. Paulo Eduardo Macedo Ferretti que representa – Setor de  
99 Conselhos Municipais de Turismo e Meio Ambiente pelo Conselho  
100 Municipal de Turismo de Cambara do Sul -COMTUR.
- 101 Chamada a Sra. Alana Dalcim que representa o setor de turismo através  
102 da Associação Praiagrاندense de Empresários de Turismo a APETUR.
- 103 Chamado o Sr. Neimar Fonseca e Silva que representa a Emater RS /  
104 ASCAR – Cambará do Sul para o qual o certificado foi impresso em  
105 seguida.
- 106 Chamado o Sr. Edson Luis Dutra Aguiar que representa a Associação dos  
107 Empreendedores do Turismo de Cambará do Sul.
- 108 Chamado o Sr. Josias de Oliveira Martins que representa a Associação de  
109 Condutores Locais de Ecoturismo e Turismo de Aventura de Cambará do  
110 Sul – ACONTUR.
- 111 A Presidente se manifestou dizendo que se trata de um momento de  
112 renovação, lamenta os erros e falhas cometidos por todos uma vez que o  
113 conselho vai além do presidente e do parque uma vez que todos tem  
114 condições de contribuir. Ela relembra que no ano de 2017 a maior parte  
115 das reuniões se deu por conta da formação do presente Conselho o que

## **REUNIÃO DE CONSELHO CONSULTIVO**

### **Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral**

#### **54ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral**

116 nos impediu de avançar. Coloca que estão sendo feitos alguns  
117 questionamentos das razões que levaram o grupo a deixar de discutir isto  
118 anteriormente, mas lembra que as reuniões anteriores foram  
119 necessárias para chegarmos ao momento da pauta atual. Lembra ainda  
120 que algumas pautas como a trilha do Malacara ficavam muitas vezes para  
121 o fim da reunião, hora em que muitos já estavam deixando a reunião.  
122 Lembra que o momento é agora, sempre com o pensamento de seguir a  
123 diante pois não servirá de nada trazer constantemente os temas já  
124 passados. Considera que devemos buscar nos aperfeiçoarmos cada vez  
125 mais, tornar estas reuniões mais produtivas, conselheiros produtivos, e  
126 informa que junto ao Sr. Josemar estão sendo feitos esforços para alinhar  
127 propostas com relação a Secretaria Executiva e lembra que ainda que  
128 distantes do objetivo, contam com todos aqueles que quiserem contribuir  
129 para melhorar.

#### 130 3 – VOTAÇÃO SOBRE ALTERAÇÕES PONTUAIS NO PLANO DE MANEJO

131 A Presidente contextualiza a todos sobre os questionamentos relacionados  
132 às demandas de alterações pontuais e faz uma pergunta aberta para  
133 alinhar o conhecimento de todos e questionados, os participantes se  
134 manifestaram:

135 A Sra. Alana explicou, conforme seu entender, a respeito da trilha do  
136 Malacara que se foi escolhida esta trilha para um manejo de uso público,  
137 foram feitas várias oficinas e vários voluntários participaram (mais de  
138 100), em diversos dias de trabalho braçal para fazer o manejo da trilha e  
139 quando chegou no momento da abertura em si, várias pessoas levantaram  
140 pontos do plano de manejo que impossibilitavam abrir a trilha da forma  
141 como ela se encontrava pelo motivo de estar em terra de posse de  
142 terceiros.

143 A Presidente questiona se alguém tem um entendimento diferente. O Sr.  
144 Josemar diz que o mais importante nesse processo foi que aquela oficina  
145 que fizemos para discutir, para ver, para conversar, foi o momento onde se  
146 socializou a informação e aprovou-se uma série de encaminhamentos com  
147 relação a esta trilha. Diz que nesse momento houve falha do ICMBIO de  
148 não apontar que poderiam ser encontrados estes entraves uma vez que  
149 houve esse momento de discussão com a presença de todos.

150 A Sra. Alana completa até porque não foi uma oficina e sim uma série  
151 delas.

152 O Sr. Josemar diz que realizar estas oficinas foi um marco onde reuniu  
153 todas as pessoas em concordância sobre um mesmo objetivo.

154 A Presidente concorda e diz que é o que chamamos de oficina de  
155 regulamentação.

156 A Sra. Nivea demonstra sua discordância não haver sido feito o estudo de  
157 impacto.

158 O Sr. Josimar diz que isso foi feito em um segundo momento.

159 A Presidente diz que agora apresentará uma linha do tempo. Estas  
160 informações a seguir tem como finalidade resgatar o que aconteceu e diz  
161 que está escutando a todos ainda que não concorde com tudo.

**REUNIÃO DE CONSELHO CONSULTIVO**

**Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral**

**54ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral**

162 A Sra. Nívea diz que este resgate todo até hoje nós não vimos, e que não  
163 recebeu nada dos documentos solicitados até hoje, não conseguiram ver o  
164 parecer jurídico e nem ter os documentos.

165 A Presidente chama então para contar todo o contexto como ocorrido e a  
166 Sra. Nívea concorda em ouvir.

167 A Presidente pergunta se o Sr. Paulo quer se manifestar. O Sr. Paulo diz  
168 que não participou desse processo do Malacara.

169 A Presidente diz que a Alana contou quase tudo, mas tem uma parte que  
170 em sua percepção deve ser incluída. Diz que não se descobriu que não  
171 poderia ser ativada a trilha do Malacara uma vez que a mesma está  
172 presente no plano de manejo e que só se descobriu no fim do processo.

173 Foi a partir do ofício da Miraserra, que foi atrás do plano de manejo onde  
174 encontrou uma frase que dizia que aquela área não poderia ter atividade  
175 de uso público antes de ser regularizada a situação fundiária e colocou  
176 isso para nós. Então, detectamos que isso não tinha sido observado.

177 Declara em seu nome e da equipe do Parque acreditar que ninguém tenha  
178 percebido isso ou caso contrário teriam se manifestado o que de outra  
179 forma considera seria muito estranho ver a todos trabalhando sobre esse  
180 projeto e não se manifestar a este respeito. Conclui que foi uma  
181 desatenção de todos. E declara que já estávamos com a trilha ali há  
182 quatro mutirões quando chegou o ofício da Miraserra (é possível se  
183 demonstrar isso com os registros), e foi quando a presidente entrou em  
184 contato com Brasília.

185 Diz que este tema foi falado com este grupo mais de uma vez. Quando  
186 falou com Tiago do ICMBIO que faz parte de uma coordenação de uso  
187 público, o mesmo nos informou para manter a calma pois seria só pedir a  
188 alteração do plano de manejo neste ponto onde ele orientou a fazer uma  
189 nota técnica e solicitar essa alteração.

190 Como a Presidente ainda não havia trabalhado com nenhuma nota técnica  
191 do formato do ICMBIO, teve que buscar a informação e aprender a fazer.

192 Foi orientada pelo Tiago que informou que poderia aproveitar e já pedir a  
193 alteração de outros pontos que tivesse interesse de mudar dentro do plano  
194 de manejo.

195 Havia um outro ponto que estava periclitante onde se tratava das  
196 atividades que não estavam previstas no plano de manejo serem proibidas,  
197 o que coincidiu de haver uma demanda de trabalho da equipe do voo livre  
198 (que está proibido por não estar previsto no plano de manejo). Desta  
199 forma, pensou que poderíamos mudar este ponto conforme todos puderam  
200 verificar na nota técnica a qual foi apresentada a todos e espera-se que  
201 todos tenham lido e sabem do que se trata.

202 Além disso, a Sra. Carla Guaitaneli, quando de uma visita da presidente a  
203 Brasília, sugeriu que se aproveitasse o momento para retirar a proibição  
204 de consumo bebida alcoólica uma vez que esta atitude está sendo  
205 instruída a todas as unidades do ICMBIO por ser considerado não fazer  
206 sentido com relação às concessões de restaurante. A presidente  
207 concordou.

## REUNIÃO DE CONSELHO CONSULTIVO

### Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral

#### 54ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral

208 Inicialmente não eram todos estes temas, mas tão somente a trilha do  
209 Malacara, e finalmente desdobrou-se nesses outros dois pontos.  
210 Quando questionada se é só isso que precisa mudar em nosso plano de  
211 manejo, a presidente respondeu que não, porém naquele momento  
212 buscou-se a agilidade em abrir a trilha do Malacara até o final de Outubro  
213 uma vez que a mesma ficou pronta em Julho devido a eficácia dos  
214 trabalhos.

215 Com relação à revisão do plano de manejo, a Presidente considera  
216 unanime o que já foi pedido através do Conselho, que nosso plano de  
217 manejo é defasado e que é preciso renovar. Isso foi solicitado através de  
218 uma resolução do Conselho de 2016, no caso, a gestão anterior  
219 encaminhou para o COMAN que é a coordenação de plano de manejo e  
220 obtivemos a resposta de novembro de 2016 da COMAN que se posiciona  
221 dizendo que não vai fazer a revisão do plano de manejo conforme relata no  
222 item 2: no momento a comissão de elaboração não teria condição de  
223 acompanhar revisão do plano de manejo devido ao passivo de elaboração  
224 de planos onde faltam 47 planos para serem feitos, ou seja, metade das  
225 unidades federais de conservação não tem plano de manejo, eles  
226 consideram portanto que não é uma prioridade fazer a revisão, no entanto  
227 caso uma monitoria identifique os desvios na execução das atividades  
228 propostas pode ser feita a proposta de uma revisão pontual.

229 Ela fala sobre a IN31, esperando que todos tenham lido. Ali, explica como  
230 a revisão inicia-se com a fase de planejamento onde a monitoria identifica  
231 as dificuldades na implementação, a monitoria e a avaliação do plano, que  
232 é uma etapa fundamental no processo de revisão. Quem assina é Erica de  
233 Oliveira Coutinho – coordenadora em 11/11/2016.

234 A Presidente diz que quando chegou ao Parque, soube que não iria se  
235 fazer a revisão, mas mesmo assim, elaboraram uma ordem de serviço  
236 tentando fazer com que se conseguisse ao menos tentar. Até o presente  
237 momento essa ordem de serviço não foi assinada, que é a ordem de serviço  
238 que dá início ao processo de revisão. A razão de não ter sido assinada foi  
239 de que não vão efetuar a revisão agora.

240 Esta foi a razão pela qual decidiu-se pela nota técnica e a Presidente fez a  
241 Nota técnica e espera que todos tenham lido e estudado.

242 Após colocar no sistema a presidente relata que os analistas da equipe do  
243 parque entraram no sistema e acrescentaram informações sem serem  
244 requisitados. Depois, foram advertidos de que isso não deve ocorrer,  
245 ninguém deve se manifestar dentro de um processo, sendo da equipe  
246 interna, sem ser convocado a se manifestar. Fizeram ainda uma  
247 informação técnica, sendo que a primeira assinatura foi do analista Sr.  
248 Deonir e depois da Sra. Eridiane, do Sr. Anivaldo, do Sr. Magnus, do Sr.  
249 Guilherme e do Sr. Eugênio.

250 Na informação, colocam que tem um equívoco na nota técnica pois a  
251 mesma informa que existem áreas do Parque que não são desapropriadas  
252 e que podem ter atividades de uso público, desde que tenha acordo com o  
253 proprietário, conforme os conselheiros podem observar na nota. Porém ele  
254 questiona dizendo que não. Diz que que isso só pode ser feito nas

## REUNIÃO DE CONSELHO CONSULTIVO

### Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral

#### 54ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral

255 propriedades que estão fora da unidade que dão acesso aos atrativos e nas  
256 unidades que não estão totalmente fora, mas parcialmente.

257 A Presidente considera que este parcialmente já não invalida o que ela  
258 disse, se tem uma propriedade que é parcialmente dentro do Parque,  
259 antes de ser indenizado, o melhor a se fazer é um acordo com o  
260 proprietário e declara haver usado isso como justificativa para fazer o  
261 acordo com o Agrolatina, que é a proprietária da área da trilha do  
262 Malacara. Outra coisa que a Presidente coloca é que a trilha do vértice  
263 está em área não desapropriada. Diz que o Sr. Deonir, coloca que lá é uma  
264 área “judicializada”, que já teve emissão de posse e o ICMBIO aguarda  
265 reemissão de posse, ou seja, não está com a posse e a trilha está  
266 funcionando ali. Desta forma demonstra-se que há controvérsias. É  
267 diferente estar “judicializada” e apesar de ser outro processo, a Presidente  
268 entendeu ser um bom argumento para se conseguir mudar o plano de  
269 manejo, colocando que bastava o acordo com o proprietário. Da mesma  
270 forma eles questionaram o acordo com o proprietário.

271 A Presidente relata que possui um ofício do Sr. Argenta, Renato  
272 representante da Agrolatina, proprietário da área autorizando, porém o  
273 proprietário se aproveitou no ofício para escrever diversas coisas como por  
274 exemplo que a terra não é do Parque, pois o decreto de utilidade pública já  
275 caducou e que o acordo serviria enquanto a chefe dos Parques estivesse à  
276 frente da gestão. A presidente diz que realmente quando ela observou esse  
277 ofício não achou isso bom, mas pensou que, uma vez que ele poderia a  
278 qualquer momento romper o acordo, independentemente de ser ela a  
279 Presidente ou outra pessoa. Pensou ainda que as outras afirmações que  
280 ele havia feito se tratavam apenas de meras afirmações, ele não estava  
281 impondo e somente falando o que pensava, o que não iria interferir. Mas  
282 quando a Presidente colocou na Nota técnica que a trilha seria aberta  
283 mediante a um acordo com o proprietário, obviamente refletiu que seria  
284 feito um acordo com uma assessoria jurídica, onde iria colocar as  
285 cláusulas para reger o acordo. Ela citou exemplos colocando que outras  
286 unidades não têm acordo nenhum como Itatiaia, Agulhas Negras onde se  
287 tem áreas particulares que ainda não foram indenizadas e que não existe  
288 nem acordo com os proprietários. O que acontece é que não existe uma  
289 discordância, nenhuma vez o proprietário foi lá e falou que não podia.  
290 Nesta mesma informação técnica os analistas da equipe dos Parques  
291 colocam sua oposição com relação a alteração relativa a bebida alcoólica  
292 onde dizem que causará transtorno para os visitantes.

293 A presidente coloca que eles acrescentaram estas questões no processo,  
294 quando não foram convocados a se manifestar.

295 A nota técnica data de 26 de setembro, a informação técnica de 23 de  
296 outubro, um mês depois de a nota técnica estar lá.

297 No dia 03 de novembro, o coordenador geral de uso público do ICMBIO,  
298 após sua vinda, tendo ido in-loco conhecer a trilha, emitiu um despacho  
299 interlocutório para a COMAN coordenação geral de planejamento e  
300 avaliação de planos de manejo - CGCAP ao qual a COMAM está  
301 subordinada se colocando favorável.

**REUNIÃO DE CONSELHO CONSULTIVO**

**Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral**

**54ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques  
Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral**

302 A Sra. Ana questiona para a Presidente se toda essa documentação foi lida  
303 em uma das últimas reuniões. A Presidente responde que alguns  
304 conselheiros pediram acesso, inclusive um dos temas da pauta foi o  
305 debate com os analistas sobre a trilha do Malacara, onde os analistas  
306 tiveram acesso para discutir o tema. A Presidente continua sua explicação  
307 informando que o Coordenador Pedro Menezes coloca que ele considera  
308 que os objetivos institucionais, no que toca o uso público, que o nível  
309 insignificante do impacto a ser causado pela visitação e respectivas  
310 medidas corretivas de manejo que estão sendo tomadas e pelo clamor da  
311 sociedade local se posiciona a favor da abertura do atrativo, a coordenação  
312 de uso público não vê nenhuma justificativa plausível para que a visitação  
313 no atrativo continue sendo vetada uma vez obtida a anuência do  
314 proprietário das terras que se encontra reutilizada para seu acesso.  
315 Informa ainda que a CGEUP está completamente de acordo com a retirada  
316 da proibição de consumo de bebida alcoólica no interior da unidade  
317 exclusivamente do ponto de vista da conservação sua proibição ou  
318 autorização não guarda nenhuma relação com os objetivos da unidade e  
319 não tem cunho estratégico nenhum. Nesse sentido opina que esse tema  
320 seja tratado em regulamento específico do Parque e não no plano de  
321 manejo. Assim manifesta seu de acordo com a nota técnica e coloca que  
322 as atividades de uso público não previstas no plano podem ser  
323 implantadas mediante análise técnica, aprovação da chefia dos Parques  
324 após manifestação do Conselho Consultivo uma vez compatíveis com o  
325 zoneamento da UC.

326 Após este despacho da CGEUP, veio uma manifestação assinada pelo Sr.  
327 Deonir e pelo Sr. Eugênio, uma assinada sozinho pelo Sr. Anivaldo e uma  
328 assinada sozinha pela Sra. Eridiane.

329 A Presidente destaca duas frases da Sra. Eridiane em sua manifestação  
330 onde ela colocou que tinha dúvidas de cunho jurídico e que ela gostaria  
331 que fossem submetidos a procuradoria federal e colocou também que ela  
332 queria uma reunião com a equipe do Parque com um moderador externo.  
333 Falou também que não existiam no processo algumas preocupações com  
334 estudos em linhas gerais do Parque. Para aqueles que desejarem a  
335 presidente se propõe a disponibilizar o texto. Informa que na manifestação  
336 do Sr. Deonir e do Sr. Eugênio, onde há um questionamento sobre as  
337 intervenções na trilha dizem que há um descumprimento da ação civil  
338 pública que manda cumprir o plano de manejo, colocando então, que está  
339 sendo infringido o artigo 90 do decreto federal 6514 descumprir norma de  
340 plano de manejo. A Presidente coloca que nesta manifestação eles  
341 solicitam que a chefia consulte a PFE sobre eventuais desdobramentos de  
342 um acordo pessoal entre o empresário da Agrolatina, pois existe um outro  
343 processo onde existe um ofício da chefe dos parques para o Sr. Renato  
344 Argenta pedindo a ele para fazer a trilha e ele respondendo ok. Eles  
345 adicionaram esta informação e pediram para a procuradoria verificar se  
346 esse acordo estava legal ou não, se tinha validade ou não, porém colocam  
347 que a área está em processo de desapropriação judicial.



**REUNIÃO DE CONSELHO CONSULTIVO**

**Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral**

**54ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral**

348 A Presidente diz que a menos de quinze dias atrás perguntou ao Sr.  
349 Deonir se ele já havia ido na trilha e ele falou que não. Ela disse que iria  
350 mandar o kml para ele avaliar quais propriedades e ao avaliar o Sr. Deonir  
351 descobriu que a trilha do Malacara não está na propriedade judicializada.  
352 A propriedade em questão está em processo administrativo que foi aberto  
353 pelo ex-chefe, quem abriu e que pediu para que o ICMBIO arrumasse o  
354 recurso. Já é uma tentativa da gestão anterior a de desapropriar essa área  
355 e ele nunca foi atendido.  
356 Isso foi em 03 e 04 de novembro.  
357 No dia 12 de dezembro após a reunião do dia 11 de dezembro onde foi  
358 informado em ata que não tínhamos a resposta ainda, veio a resposta da  
359 COMAN dizendo que considera necessária a realização de consulta à  
360 procuradoria com relação a trilha do Malacara e coloca que com relação  
361 aos outros dois pontos as atividades de uso público não prevista e a  
362 liberação de consumo de bebidas alcoólicas, que carecem de maior  
363 discussão interna com equipe e com Conselho e é baseado nisso que a  
364 Presidente traz agora para discussão. Coloca-se ainda que antes de uma  
365 alteração no plano de manejo, e vendo as manifestações dos analistas  
366 pede, para enviar o processo à ouvidoria do ICMBIO para ver com relação  
367 àquela questão, se a trilha pode ter sido feita em desacordo com o plano  
368 de manejo.  
369 Todos sabem que não foi feito isso propositadamente e quem acompanhou  
370 viu tudo o que aconteceu. Que foi a Mirasserra que levantou a questão da  
371 regularização fundiária, que é o único ponto de desacordo, pois fora isso, a  
372 trilha está no plano de manejo. Foi o que a Presidente expos naquele ofício  
373 encaminhado pela Associação Tigre Preto, o qual foi encaminhado a todos  
374 e espera-se que estejam recordando, e a COMAN elabora o formulário de  
375 consulta jurídica pois cabe a eles fazerem isso.  
376 Quem visualizar a IN31 verá que a ordem do processo é essa. São feitas  
377 três perguntas: É possível que o ICMBIO implemente atividades onde  
378 existe área particular não indenizada no interior de uma UC? Se sim,  
379 existem condicionantes específicas para isso? Como a exploração do  
380 turismo pelo proprietário antes da criação da UC por exemplo? Caso a  
381 resposta do quesito um seja positiva qual é a instalação de infraestrutura  
382 pelo ICMBIO em área particular? Caso a resposta do item um seja  
383 positiva, como deverá ser realizado o acordo com o proprietário?  
384 A COMAN recebeu a nota técnica, teve dúvidas e encaminhou para a  
385 procuradoria no dia 12/12/2017.  
386 No dia 13 de dezembro sai a resposta da Diretoria da Diman considerando  
387 que a versão atual do plano de manejo veda o desenvolvimento de  
388 atividade inclusive uso público em áreas não regularizadas, considerando  
389 a fragilidade da autorização dada pelo proprietário, considerando ainda  
390 possíveis impactos no uso da propriedade pelo poder público no processo  
391 de aquisição do imóvel como cobrança em juízo de lucro cessante devido à  
392 perda de arrecadação pelo proprietário atual do imóvel, determino a  
393 suspensão imediata de quaisquer ações para implementação e operação  
394 da trilha até que a posse e domínio do imóvel sejam transferidas ao

## REUNIÃO DE CONSELHO CONSULTIVO

### Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral

#### 54ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral

395 ICMBIO, esclareço ainda que solicitei prioridade a CGTER para as ações  
396 necessária a regularização da propriedade em questão, considerando a  
397 sua importância para o uso público da unidade e recomendou a chefia.  
398 Quem assina é Paulo Carneiro. Determina que assuntos não diretamente  
399 relacionados ao procedimento de alteração atual do plano de manejo  
400 objeto do presente processo sejam tratados em processo administrativo  
401 próprio e pediu para não colocar ali assuntos de manifestações que  
402 estavam dentro do processo indevidamente.

403 De dia 12 de dezembro e desde então o processo está no aguardo. No  
404 entanto, a Presidente considerou positiva a regularização da área com um  
405 resultado melhor do que o esperado. Isso abre a possibilidade de usar a  
406 trilha, retirar o gado e abre oportunidade para outras atividades além da  
407 trilha. Se isso acontecer, pode ser um motivo de celebração e de sucesso  
408 do processo. Todo o esforço está sendo feito, mas estes processos tendem  
409 a ser demorados.

410 Fizemos um estudo sobre o argumento usado de lucros cessantes que não  
411 tem relação com o atual processo pois o proprietário não cessaria  
412 nenhuma atividade. E informa que o gado vem destruindo a trilha, o que  
413 não ocorreria se a mesma estivesse sendo usada. No dia 03 de março veio  
414 um despacho da CGEUP assinado pelo Tiago Beraldo recomendando que  
415 seja feita a consulta da PFE demanda da COMAM quanto à legalidade do  
416 uso de propriedade particular não indenizada para o uso público para que  
417 se decida quanto a continuação da revisão pontual do plano de manejo  
418 conforme questionado pela diretoria conforme lido anteriormente. Vale  
419 salientar que as infraestruturas instaladas na propriedade são apenas  
420 uma ponte de madeira rústica e pequena passarela de madeira também  
421 rústica cujo valor é insignificante perto do valor da propriedade. A  
422 presidente informou que se orientou junto à própria regularização  
423 fundiária que informou que teria talvez que indenizar ele se fossem  
424 estruturas imóveis de valor e que tais estruturas atuais são de valor  
425 irrisório. Com relação a lucros cessantes seria se o proprietário tivesse que  
426 cessar sua atividade com relação a pecuária ou seu trânsito em sua  
427 propriedade o que não ocorre com aquela trilha.

428 Chegamos então ao momento atual onde estamos acompanhando para  
429 fazer com que o processo ande.

430 A Presidente passou na trilha antes do carnaval, a trilha está muito bem,  
431 mas o gado está pisoteando e em alguns lugares o mato está crescendo.

432 A Presidente afirma que os conselheiros viram que o Comitê Estadual da  
433 Reserva da Biosfera da Mata Atlântica nos enviou um ofício com cópia  
434 para o ministério público solicitando que fosse lido na reunião. Tal ofício  
435 que segue anexo. Posteriormente foi lida a resposta.

436 A Presidente coloca todos os documentos apresentados à disposição e faz  
437 a proposição da formação de uma câmara temática porque nada impede o  
438 Conselho de iniciar uma análise do plano de manejo e apresentar essas  
439 alterações uma vez que todos concordam que o plano de manejo atual está  
440 defasado. Embora a equipe do plano não queira dar um início a uma

**REUNIÃO DE CONSELHO CONSULTIVO**

**Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral**

**54ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral**

441 revisão formal, nada impede o Conselho de iniciar a solicitação de  
442 alterações.

443 O grupo de empresas responsáveis pelo estudo de viabilidade entregou  
444 três produtos, sendo um dos produtos o diagnóstico que tem sobre ele  
445 diversas demandas de alterações a serem solicitadas. Pode-se haver uma  
446 câmara temática com conselheiros e convidados técnicos que podem  
447 iniciar propostas de alteração com o que o Conselho quer.

448 A respeito das alterações pontuais do plano de manejo, Sr. Paulo  
449 questiona sobre qual será a data da apresentação e em seguida pede para  
450 constar em nome do Comtur de Cambará do Sul que sua opinião é que  
451 seja feita a revisão completa do plano com a visão sistêmica dos Parques  
452 para não deixar de abortar todos os elementos necessários e evitando  
453 problemas futuros, portanto a posição é a favor da revisão completa e não  
454 de alterações pontuais.

455 O Sr. Josemar tem como percepção que através das câmaras temáticas e  
456 grupos de trabalho é possível criar projetos para o Conselho aprovar e  
457 encaminhar através da Presidente avançando desta forma com as  
458 alterações pontuais necessárias ao plano de manejo. Dentro destas  
459 câmaras criadas as revisões pontuais permitirão trazer à discussão e fazer  
460 encaminhamentos através do Conselho. Temos uma ferramenta que, até  
461 diante dos ofícios é uma alternativa. Com relação ao Malacara, já veio  
462 uma decisão, mas dentro dessa câmara podemos verificar que houve um  
463 esforço onde mostramos nossa possibilidade de abrir uma trilha em pouco  
464 tempo, nossa capacidade de mobilização e assim transferir nosso  
465 conhecimento para uma nova trilha, uma vez que nessa houve  
466 intempéries no caminho. O importante não é levantar culpados no  
467 processo do Malacara e sim lembrar que o pior é o gado e o caçador  
468 estarem passando lá. Se dentro da câmara técnica nos organizarmos para  
469 uma outra trilha que seja necessária, já temos o caminho e a existência de  
470 novas possibilidades. Conforme vamos trabalhando através do Conselho  
471 propostas de revisão, vai-se alterando o plano de manejo até uma revisão  
472 total.

473 É uma realidade no cenário de outras UCs e em outros modelos de  
474 Conselho consultivo com universidades, institutos e analistas ambientais  
475 trabalhando em conjunto, em pouco tempo se consegue construir uma  
476 revisão de plano de manejo oficial uma vez que já foi informado que não  
477 será feito um novo plano de manejo. Cabe a nós uma nova construção  
478 através dessa nova ferramenta, via instituições, fazer a revisão do plano de  
479 manejo.

480 O Sr. Nelson dá o seu posicionamento com relação ao tema onde diz que a  
481 Presidente colocou todo o cenário legalista da situação atual, considera  
482 que deve-se olhar de forma mais ampla, principalmente aqueles que estão  
483 no Conselho a mais de 10 anos. Menciona que em 2016 participou em  
484 Urubici de uma nova metodologia de plano de manejo com servidores de 4  
485 Parques norte americanos, uma equipe de mais de 20 pessoas do ICMBIO,  
486 inclusive de Brasília, inclusive a Sra. Carla Guaicaneli que é citada em um  
487 desses documentos. O Plano de manejo do Parque do Havai tem 68

## REUNIÃO DE CONSELHO CONSULTIVO

### Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral

#### 54ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral

488 páginas enquanto o nosso tem 3.000, pelo tamanho isso demonstra que  
489 este é um plano de pessoas que não querem ver o desenvolvimento de um  
490 Parque Nacional. Cita que o Secretário de meio ambiente de São Paulo  
491 mencionou que investiu altos valores em construção de planos de manejo  
492 em Parques que não tem uma parte daquele valor para a execução do  
493 plano. Os planos do Parque foram feitos e refeitos e não realizados em sua  
494 primeira e segunda versões. Questiona que se solicita que se faça um  
495 terceiro plano de manejo, sendo que sequer os primeiros foram colocados  
496 em prática. Devemos passar mais dez anos, achando que o Parque está  
497 mais protegido. Diz que há uma pasta de ofícios dos montanhistas que em  
498 todo esse tempo não foi respondida. O que estamos vivendo hoje é uma  
499 ação articulada de trancar um anseio coletivo de dez anos de trabalho  
500 para ver as coisas acontecerem no Conselho. Conseguimos depois de  
501 duros 10 anos a mudança da chefia do Parque.

502 Parece que os servidores se unem sem o menor constrangimento, como  
503 alguns agiram através de ameaças, de questionamento de transparência  
504 quando temos um caso onde foi necessária a vinda de um promotor  
505 público para se saber que existia o caso dos quilombolas de São Roque, e  
506 pergunta por qual razão essa informação foi ocultada? Depois de um  
507 tempo onde se era dito que determinado documento não seria lido no  
508 Conselho uma vez que o Conselho era consultivo e quem decidia no final  
509 era o chefe. Devemos trazer os problemas a luz para identificar que  
510 interesses estão por trás das cascas de ilegalidade. Hoje talvez o Conselho  
511 esteja mais empoderado do que era em tempos atrás. Pontos de suposta  
512 legalidade devem ser questionados exemplo do voo livre, não prevê voo  
513 livre, tampouco prevê sua proibição. Existe uma interpretação negativa a  
514 ser reconsiderada.

515 A Sra. Alana concorda com o Sr. Nelson e considera uma pena que a  
516 leitura de todo o texto apresentados em ordem cronológica não tenha sido  
517 feita anteriormente. Considera que todo conselheiro deve participar de  
518 forma ativa, informando aos demais o que realmente está ocorrendo. O  
519 próprio ICMBIO está fechando as portas da revisão do plano de manejo e  
520 devemos, portanto, buscar outras formas através das revisões pontuais.  
521 Ela considera que o plano de manejo deve ser constantemente atualizado  
522 através das intervenções das câmaras técnicas. Um plano de manejo deve  
523 ser atualizado constantemente, até mensalmente. Devemos nos dedicar e  
524 participar deste Conselho através dos grupos, para poder de fato  
525 contribuir e diz ter ficado feliz com a fala da Yara mostrando que o  
526 Conselho tem como obrigação fazer estas revisões constantes e  
527 atualizações do plano de manejo. Precisamos nos empoderar disso, se  
528 comprometeu a ler todo este Snuc, todo o plano estratégico, plano  
529 nacional de áreas protegidas, pois está iniciando neste grupo. Diz que  
530 devemos fazer todo o necessário para que este plano seja revisado, seja na  
531 totalidade, seja pontualmente, essa é a posição de sua Associação. Ela  
532 segue considerando que a questão do boicote é visível, só não vê quem não  
533 quer, durante todo esse período essas pessoas ficaram inserindo e-mails  
534 enormes. Devemos nos esforçar para estar ao par das situações.

## REUNIÃO DE CONSELHO CONSULTIVO

### Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral

#### 54ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral

535 A Sra. Ana coloca a posição da Secretaria de Turismo da Praia Grande  
536 como sendo a mesma posição do Sr. Josemar, do Sr. Nelson e da Sra.  
537 Alana, uma das principais razões apontada é que se esperarmos pela  
538 disposição orçamentária do país para que essa mudança total do plano de  
539 manejo seja feita, a mesma não ocorrerá. Tem quase 20 anos em que é  
540 conselheira do Parque, desde o início, deu uma pausa e está voltando  
541 agora. Sempre foi conselheira e simplesmente uma ouvinte dos problemas  
542 do Parque. Nunca pode apontar nenhuma mudança. O plano de manejo  
543 nunca foi aberto para ser discutido e a cada vez que solicitou-se algo com  
544 relação a alterações era-se colocado que não estava no plano de manejo.  
545 Isso nunca foi aberto, nunca foi transparente. Hoje, se clama por  
546 transparência e eu questiono porque estas pessoas que aí estão não  
547 expuseram isso, porque não fizeram as alterações no plano de manejo que  
548 são tão importantes para a sociedade. Isso significa que não era  
549 importante para o Parque, que de uma forma ou de outra iria trazer mais  
550 trabalho. Por qual motivo foi colocado para nós que não éramos  
551 competentes para fazê-lo? Que seria necessária uma assessoria externa  
552 cobrar milhões para refazer um plano de manejo. Hoje todos aqui são  
553 técnicos em algo, não há ninguém que não seja entendido em nada.  
554 Podemos tranquilamente analisar, enxugar esse plano de manejo, que é  
555 algo pré-histórico e trabalhar nas questões pontuais sem ficar esperando  
556 que um dia a união tenha recurso financeiro para refazer. As leis não são  
557 estáticas. Estão aí para serem interpretadas e dinâmicas. Somos a favor  
558 das alterações pontuais até como forma de motivar este grupo que  
559 trabalhou unido e ávido em prol da trilha do Malacara, para que este  
560 trabalho cansativo e braçal não seja jogado ao vento.

561 A Sra. Iara se manifesta dizendo que como não é conselheira e só está em  
562 apoio ao Parque, ressalta: não pudemos nos debruçar na parte da manhã  
563 no funcionamento do Conselho e a Alana pediu que constasse em ata o  
564 resultado do exercício feito por vocês. O que está hoje na normativa dos  
565 Conselhos na IN que foi aprovada em 2014 é que as câmaras temáticas  
566 são câmaras técnicas, científicas e de saberes tradicionais para uma  
567 abrangência maior de saberes e conhecimentos. É finalidade do Conselho  
568 a monitoria do plano de manejo, conforme a redação da coordenação de  
569 plano de manejo onde se diz que não é prioridade a revisão e sim fazer o  
570 plano de manejo para as unidades que não o tem. Quando a Sra. Ana fala  
571 sobre se empoderar dessa missão, esta é uma missão do Conselho gestor  
572 de uma unidade de conservação. O Conselho deveria ter uma câmara  
573 temática permanente. A diferença entre uma câmara temática e um grupo  
574 de trabalho é que o grupo de trabalho é previsto como um instrumento  
575 provisório, já a câmara temática é permanente. Se surge um problema  
576 pontual, quem tem disponibilidade para se dedicar a uma questão pontual  
577 é instituído e aprovado pelo Conselho um grupo de trabalho. Para  
578 atividades permanentes demandam câmaras temáticas permanentes. Este  
579 Conselho aqui tem que decidir quando ele irá instituir a câmara temática  
580 permanente de monitoria e avaliação do plano de manejo, pois é nessa  
581 câmara que o Conselho tem autonomia e liberdade, passando pela

## **REUNIÃO DE CONSELHO CONSULTIVO**

### **Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral**

#### **54ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral**

582 aprovação de sua plenária o ato de convidar especialistas externos para  
583 contribuir aqui, a exemplo de nosso colega professor da Etio fauna e irá  
584 precisar de muitos outros campos do conhecimento para poder fazer uma  
585 análise do plano de manejo. Como exemplo em 2004 foram identificadas 3  
586 espécies de peixes e agora mais de 60 espécies. Esse é um exemplo da  
587 necessidade de uma monitoria permanente do plano de manejo e da sua  
588 atualização. Tendo em vista a necessidade constante de atualização não  
589 podendo este ser tratado como algo estático. O Conselho deve se apoderar  
590 de seu papel na tomada de decisões no nível local que subsidia a tomada  
591 de decisão em níveis hierárquicos superiores. Os problemas internos do  
592 ICMBIO devem ser resolvidos internamente. A prestação de contas e ações  
593 dos Parques devem ser públicas pois os recursos que subsidiam são  
594 provenientes de todos e a prestação de serviços é pública para o conjunto  
595 da sociedade.

596 A Presidente diz que com relação a outras trilhas conforme falado pelo Sr.  
597 Josemar, a única trilha onde se poderia trabalhar hoje seria a borda Sul  
598 do Fortaleza e a CGUP pediu que enviemos imediatamente esforços para  
599 lá. Informa que foi autorizado um funcionário novo para o Parque para a  
600 área de uso público. Informa que entende o nível de frustração que foi  
601 gerado com relação à trilha do Malacara a ponto de muita gente não estar  
602 querendo contribuir.

603 Sobre a elaboração e revisão de plano de manejo disse que hoje em dia a  
604 média de valor de plano de manejo no Brasil é de 700.000 reais. Diz que  
605 assim como dito pelo Sr. Nelson, gasta-se 1.5 milhão para se fazer um  
606 plano de manejo e não se tem um centavo para implementar depois. Um  
607 documento que engessa, não está de acordo com a realidade, não se  
608 conseguiu indenizar as áreas, só consegue implantar 8 das 23 trilhas  
609 frente a 49 diagnosticadas (número este somente indicativo pois algumas  
610 trilhas se juntam com outras). Ela relata que seu primeiro trabalho  
611 quando chegou aqui foi o de entender o potencial do Parque como um  
612 todo. E explica que já participou de uma revisão no Parque onde  
613 trabalhava e que com pouco recurso, além das diárias de descolamento o  
614 trabalho foi feito em uma semana. Relata que foi aproveitado o  
615 conhecimento da equipe de trabalho formada por ela, pelos conselheiros,  
616 os guias e os funcionários do Parque. Os colegas tinham habilidades, um  
617 deles era do geo e usou seus conhecimentos para fazer mapas, outro  
618 muito bom de sistematizar informação, então contando com as diversas  
619 habilidades conseguiram em torno de 4 meses refazer o plano de uso  
620 público todinho sem custo. A nova gestora que assumiu o Parque ficou  
621 contente pois consegue trabalhar com recursos limitados. Por essa razão,  
622 insiste que vale a pena o Conselho se organizar, montar Câmaras  
623 temáticas e trabalhar sobre o plano fazendo sua monitoria e apontando  
624 alterações para serem feitas.

625 O Sr. Josemar coloca que esse grupo tem maior maturidade, aquilo que  
626 passou fica para trás e agora está nas nossas mãos, criar, discutir e levar  
627 este Conselho adiante. Se desmembrar de algumas situações internas da  
628 unidade, deixar que eles resolvam. Em algumas situações, nem aceitar

## REUNIÃO DE CONSELHO CONSULTIVO

### Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral

#### 54ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral

629 pautas que devam ser discutidas no âmbito interno do ICMBIO, no  
630 momento foi cabível, mas cabe a nós decidir o que é de interesse desse  
631 Conselho, o que nos cabe, o que vai nos representar nessa ânsia de fazer o  
632 regimento interno do Conselho consultivo.

633 A Presidente diz que a DIMAN é a diretoria acima das Coordenadorias do  
634 ICMBIO quem decidiu paralisar a trilha para a regularização fundiária e  
635 solicita maior discussão do tema no Conselho Consultivo do Parque.

636 O Sr. Nelson se posiciona sobre o questionamento de impessoalidade do  
637 acordo com o Sr. Argenta da Agrolatina. Expõe que quem deve  
638 impessoalidade de lei é o órgão público federal, não é o Sr. Argenta.  
639 Considera que aquilo que dava tom de impessoalidade era a carta dele  
640 para o Parque e não a da A Presidente representando o Parque. Diz achar  
641 contraditório pois existe uma lei do setor público onde tem que tratar a  
642 todos com impessoalidade. Essa mesma lei prevê que se eu entendo algo  
643 como errado devo me manifestar formalmente. Houve um evento de  
644 discussão das trilhas em 2015 em Florianópolis, onde o Sr. Nelson estava,  
645 e também o Sr. Deonir, o Sr. Ernesto chefe do Parque da Tijuca, o Sr.  
646 Paulo, chefe do Parque nacional de São Joaquim. Foi levantada essa tese  
647 de que a terra precisa ser indenizada para ter uso público. Sr. Nelson teve  
648 o trabalho de pegar os melhores Parques brasileiros e levantar o  
649 percentual de terra indenizada. Os melhores Parques nacionais brasileiros  
650 não correspondem as áreas mais indenizadas. Aliás, em um artigo da ONB  
651 demonstra que até 2007 não havia nenhum Parque federal 100%  
652 indenizado. Há casos como EZEC Tainhas e Serra dos Órgão em 2008  
653 onde solicitam para duplicar a área de conservação ainda que tivesse  
654 menos de 40% da terra indenizada uma vez que está observando outros  
655 benefícios. Isso foi colocado a público após a manifestação do Sr. Deonir  
656 naquela ocasião. Se essa tese é verdadeira ele deveria denunciar todos  
657 estes outros Parques por estarem todos irregulares. O Sr. Ernesto do PNT  
658 mostrou um caso quando ele era chefe do Serra dos órgãos onde uma  
659 sub-sede foi construída em local não indenizado com o dinheiro da  
660 comunidade do entorno inclusive, com dinheiro de doação. Se estes fatos  
661 são considerados tão errados, estes servidores deveriam denunciar todos  
662 estes Parques. Aqui, isto é imposto desta forma pois aceitamos isso.

663 O Sr. Nelson traz mais um assunto, considera que antes de um  
664 Conselheiro trazer um assunto aqui para o Conselho o mesmo leva uma  
665 denúncia ao Ministério Público. Ele está absolutamente dentro do seu  
666 direito, mas manda uma mensagem indireta de que considera que este  
667 Conselho não tem valia alguma, que a discussão aqui não vale de nada.  
668 Se algum tema é apresentado aqui e não é ouvido ou é isolado, faz sentido  
669 levar adiante em denúncia ao Ministério Público Federal. Porém, uma  
670 entidade que não pauta o assunto, não vem para o debate e denuncia, por  
671 qual razão permanece no Conselho? Estamos trabalhando com pessoas  
672 que não investem seu tempo neste Conselho.

673 A Presidente diz que a próxima pauta a seguir é a votação justificada pelo  
674 quórum confirmado através da lista.

**REUNIÃO DE CONSELHO CONSULTIVO**

**Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral**

**54ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral**

675 Foi enviado e-mail sobre dois pontos da nota técnica. Votação sobre  
676 alterações pontuais do plano de manejo.

677 Nota técnica no item 4.6 – normas gerais de manejo – solicitamos  
678 alterações no item “atividades de uso público não previstas no plano de  
679 manejo não serão permitidas nas unidades”. A redação do item passa a  
680 ser “atividades de uso público não previstas neste plano podem ser  
681 implantadas mediante análise técnica, aprovação da chefia dos Parques e  
682 do Conselho consultivo”.

683 O Sr. Nelson diz que seria até mais liberal, considera que toda a medida  
684 não prevista precisa de análise técnica ou passar pelo Conselho, tem  
685 coisas que devido a sua simplicidade trocaria por ou.

686 A Sra. Ana e o Sr. Paulo perguntam como se daria essa análise técnica, se  
687 é interno ou externo. A Presidente questiona se faz diferença para a  
688 aprovação se for interno ou externo. O Sr. Nelson e a A Presidente  
689 afirmam que depende da questão. A Sra. Ana questiona se eventualmente  
690 se necessitar de uma análise técnica externa paga que necessite de  
691 recursos poderá parar o processo e a A Presidente informa que não se  
692 trata aqui de informar se é paga ou não somente se trata de uma análise  
693 técnica e que irá passar pela aprovação do Conselho e da Chefia do  
694 Parque. O Sr. Pablo diz que existem trabalhos universitários que conferem  
695 laudos a trilhas de acordo com a caracterização da fauna que passa perto.  
696 E considera que deve ser levado em conta a aprovação técnica, do  
697 Conselho e da chefia.

698 A Presidente esclarece que a questão é sobre atividades de uso público  
699 como por exemplo, banho, mergulho, voo livre, basejumping. O Sr. Edson  
700 diz que o que está claro ali é que terá que ter uma análise técnica, o chefe  
701 aprovar e passar pelo Conselho. Se o Conselho achar que a análise técnica  
702 não está legal pode pedir outra. A Presidente diz que é exatamente isso e  
703 pergunta se há mais dúvidas ou colocações.

704 O Sr. Vico questiona se poderia votar como AparadosTur, mas por estar a  
705 presidência atualmente em nome do Sr. Carlos Varela e até a alteração,  
706 não é possível votar a menos que tivesse em posse de um documento  
707 previsto para tal.

708 Questionado se havia quórum, Josemar informa que há votantes  
709 suficientes conforme a lista assinada no anexo 1 da presente pauta. De  
710 um total de 28 conselheiros 15 estavam presentes.

711 A Presidente faz a pergunta para aprovação do Conselho Consultivo, sobre  
712 quem é a favor da alteração pontual: - “atividades de uso público não  
713 previstas neste plano podem ser implantadas mediante análise técnica,  
714 aprovação da chefia dos Parques e do Conselho Consultivo”. Foram  
715 apresentados 11 votos a favor, nenhuma abstenção e contados 4 votos  
716 contra nomes a confirmar na próxima reunião de conselho uma vez que  
717 no áudio só constou a contagem dos mesmos.

718 A Presidente faz a pergunta para aprovação do Conselho Consultivo, sobre  
719 outro ponto para votação: a respeito do consumo de bebidas alcoólicas,  
720 segue o texto do atual plano de manejo: “É proibido o consumo de bebida  
721 alcoólica ou de quaisquer outras substâncias consideradas entorpecentes



**REUNIÃO DE CONSELHO CONSULTIVO****Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral****54ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral**

722 no interior das unidades” e a alteração sugerida para o texto: “é proibido o  
723 consumo de bebidas alcoólicas no interior das unidades de conservação,  
724 exceto no interior dos locais de fornecimento de alimentação e áreas  
725 destinadas a pernoite”. Justificativa: a alteração deste item se justifica  
726 pois é possível que o uso de bebidas alcoólicas não seja um problema  
727 desde que seja feito no interior dos locais de fornecimento de alimentação  
728 e áreas destinadas a pernoite. Quanto ao uso de entorpecentes,  
729 consideramos que a legislação sobre o tema vigora para todos os espaços  
730 do território nacional não sendo necessário destacar a proibição para os  
731 Parques especificamente.

732 O Sr. Nelson diz que este ponto foi fruto de um debate no plano de manejo  
733 de São Joaquim e a Carla que falou no outro documento expos a mesma  
734 coisa lá. Com a realidade do ICMBIO hoje, quem é que vai fiscalizar isso?  
735 É uma prioridade? Considera a proibição como antipática com o visitante.

736 O Sr. Josemar coloca como exemplo uma pessoa que está bebendo no  
737 restaurante do Lago em Cambará do Sul, onde não é pelo fato de estar  
738 bebendo que irá se atirar no lago. Não considera que seja um ponto  
739 positivo essa proibição. Coloca que tem um roteiro onde visita os vinhedos  
740 e gostaria de concluir com um brinde no Parque.

741 A Sra. Alana informa que tem um roteiro romântico onde quer tirar foto,  
742 mais pelo ato de brindar do que o de beber no Fortaleza, por exemplo.

743 O Sr. Edson questiona desde que seja feita nos locais de fornecimento de  
744 alimentação e áreas destinadas a pernoite, então fica a questão quais são  
745 estas áreas. Pode trazer seu espumante?

746 A Presidente informa que hoje não tem estas áreas, mas terá que ser  
747 definido. Isso não significa que ele não possa sair com essa bebida para a  
748 trilha por exemplo. Pode trazer sim sua bebida e haverá as áreas onde  
749 será permitido esse consumo. Ela relata que nos Parques em Minas onde  
750 sempre foi autorizado o consumo de bebidas não há maiores problemas.  
751 Quanto há alguém exagerando em seu comportamento é chamada sua  
752 atenção. Os próprios visitantes são guardiões do Parque.

753 O Sr. Paulo questiona a retirada da questão entorpecente do texto por  
754 entender que se alguém a colocou tem uma razão. A Presidente, o Sr.  
755 Nelson e a Sra. Ana esclarecem que se trata somente de uma diminuição  
756 da quantidade de texto desnecessário escrito, uma vez que existe essa  
757 proibição na lei e em todo o território nacional.

758 O Sr. Pablo coloca a observação de que a menores de 18 anos é proibido o  
759 consumo e venda de bebidas alcoólicas.

760 A Presidente faz a pergunta para aprovação do Conselho Consultivo, sobre  
761 o texto: “é proibido o consumo de bebidas alcoólicas no interior das  
762 unidades de conservação, exceto no interior dos locais de fornecimento de  
763 alimentação e áreas destinadas a pernoite”. Após discussão e  
764 questionamentos, é incluída uma questão sobre o texto para votação para  
765 a retirada das palavras interior e fornecimento onde houve 12 votos a  
766 favor da retirada destas palavra e 3 votos que se abstiveram: o Sr. Paulo, a  
767 Sra. Nivia e o Sr. Pablo.

## REUNIÃO DE CONSELHO CONSULTIVO

### Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral

#### 54ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral

768 A seguir foi solicitada aos conselheiros a votação sobre a frase definitiva  
769 sobre este tema no seguinte teor: “é proibido o consumo de bebidas  
770 alcoólicas no interior das unidades de conservação, exceto nos locais de  
771 alimentação e áreas destinadas a pernoite”, sendo 11 votos a favor e se  
772 abstendo de votar os senhores Edson, Paulo, Livia e Pablo.

773 A Presidente faz a pergunta para aprovação do Conselho Consultivo, sobre  
774 outro ponto para votação: atividades sem a área estar indenizada. Os  
775 Senhores Nelson e Josimar conversam sobre o fato de existirem áreas  
776 onde com a alteração pontual a liberação pode ocorrer muito mais rápido.  
777 O Sr. Nelson solicita que seja dado um tratamento igualitário ao dos  
778 demais Parques onde não existe essa proibição.

779 A Presidente solicita a votação:  
780 quem é a favor de alterar o texto para o item 4.7.2.1.3. de “Área  
781 estratégica borda dos cânions solicitamos alterações nos itens estrada de  
782 serviços do Malacara condicionante as atividades previstas para estradas  
783 de serviços do Malacara só poderão ser implantadas após se regularizar a  
784 situação fundiária da área portada pela estrada”.

785 Sugerimos a mudança para: “as atividades previstas para estradas de  
786 serviços do Malacara só deverão ser implantadas mediante acordo com o  
787 proprietário. Idem para a trilha do Malacara, travessia da borda”.  
788 Justificada pelas considerações que foram contestadas, mas o que está em  
789 pauta é a alteração do texto. Esta alteração foi aprovada com 11 votos a  
790 favor, sendo dois votos contra dos senhores Paulo e Nívia e com duas  
791 abstenções dos senhores Edson e Pablo.

792 Encerrado o tema das alterações pontuais do plano de manejo e votados,  
793 foi feita pela Sra. Iara uma foto de todo o Grupo.

794 A Presidente dá prosseguimento inserindo o tema da reativação de  
795 câmaras temáticas:

796 A Sra. Iara esclarece que uma câmara temática de monitoria e avaliação  
797 do plano de manejo deve ser permanente. Nesta câmara é feita a primeira  
798 análise do atual plano de manejo com o objetivo de atualizá-lo. Uma  
799 câmara multidisciplinar, onde se deverá verificar quais são as áreas de  
800 conhecimento ou competências técnicas científicas não presentes na  
801 formação do grupo da câmara temática para que se convide especialistas  
802 para compô-la. A Sra. Iara se compromete com uma capacitação  
803 continuada para o grupo, caso seja necessário, e se despede  
804 parabenizando o grupo pelo trabalho feito.

805 A Presidente questiona se todos são a favor da formação das câmaras  
806 temáticas e pede a votação que é aprovada de forma unânime.

807 A respeito da formação da câmara temática de revisão do plano de manejo  
808 se propõe uma primeira formação contendo membros dos diversos setores  
809 da sociedade representados no Conselho Consultivo, sendo que para o  
810 setor de turismo a Sra. Alana e o Sr. Vico se voluntariaram, para o setor de  
811 recreação o Sr. Nelson se voluntariou e para os demais setores será feito  
812 um e-mail explicativo sobre essa formação preliminar e convidando quem  
813 mais queira participar com a data de algum trabalho inicial.

## **REUNIÃO DE CONSELHO CONSULTIVO**

### **Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral**

#### **54ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral**

814 Com relação ao recebimento de e-mails do Conselho consultivo, esclarece-  
815 se que cada setor deve ser representado por alguém que repasse as  
816 informações para seus específicos setores. Ficou ainda decidido por  
817 unanimidade que somente os participantes do Conselho receberão os e-  
818 mails destinados ao Conselho e se incumbirão de multiplicar aos seus  
819 setores específicos. Os votantes deste tema foram os senhores Pablo, Ana,  
820 Nelson, Alana, Beatriz, Josemar, Josias e Neimar. Cada representante do  
821 Conselho fica assim incumbido de informar ao seu setor sobre estas  
822 alterações no grupo de e-mail do Conselho.

823 Os conselheiros se comprometem a indicar representantes para participar  
824 dos grupos de trabalho das câmaras temáticas.

825 A próxima câmara temática a ser trabalhada foi a ativação do Grupo de  
826 Trabalho do Regimento Interno do Conselho Consultivo que será reativado  
827 pelo Nelson que acionará os demais interlocutores.

828 Foi solicitado pela Sra. Alana a reorganização da lista de e-mails do  
829 Conselho, que foi respondida pela discussão acima.

830 Dentro do tema de Assuntos diversos tratou-se da pauta das reuniões, o  
831 Sr. Nelson questiona que para fazer parte do Conselho são feitas várias  
832 exigências e que somente os conselheiros podem solicitar pautas pois  
833 muitas vezes alguém descontente com algo quer incluir uma pauta que  
834 atenda às suas demandas pessoais.

835 A Presidente informa que de sua parte encaminhará os e-mails aos  
836 Analistas pois considera que eles devem ser participados, mas para a  
837 inclusão de temas, eles informarão à chefia do parque e a mesma irá  
838 sugerir aos demais.

839 O próximo tema abordado trata do Caminho das Araucárias. A Presidente  
840 e o Sr. Pedro Menezes – Coordenador de Uso público do ICMBIO fizeram  
841 uma caminhada de 60 km em prospecção do Caminho das Araucárias,  
842 uma trilha de longo curso que está sendo implantada e que sai do Parque  
843 do Caracol em Canela até o Parque de São Joaquim. Como temos os  
844 entraves do plano de manejo, talvez nossos Parques sejam os últimos a  
845 começar a implantação. O Parque de Tainhas já iniciou, o Ronda já está  
846 fazendo, a Flona de São Chico está espetacular, bem didática, gostosa de  
847 fazer. Após muita reflexão ao fazer o percurso chegou-se à conclusão de  
848 que estamos no “pasto nacional de Aparados da Serra”. Gado em toda a  
849 área percorrida. Dentro das matas inclusive, o que é muito degradante.

850 Nós que somos desta área onde se tem a visitação como força motriz para  
851 a conservação, ficamos indignado ao pensar que vaca pode, visitante não.  
852 O visitante anda em uma trilha previamente estipulada, o gado anda por  
853 toda a propriedade. Além disso, há uma questão muito séria que é o javali.  
854 Não vamos entrar nesse mérito, mas tem varas de mais de 50, 100 javalis.  
855 Estamos em uma luta árdua para conseguir colocar o visitante nos  
856 Parques enquanto estão sendo degradados pelos animais.

857 A Presidente fala que enquanto gestora, essa é uma questão estratégica,  
858 até porque até hoje a população não teve benefício nenhum com os  
859 Parques e, portanto, não entende qual o benefício disso e só vem prejuízo.  
860 Dentro da mesma estratégia de trabalho aplicada em outros Parques onde

## **REUNIÃO DE CONSELHO CONSULTIVO**

### **Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral**

#### **54ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral**

861 obteve sucesso, a Presidente vem conversando e estreitando laços com os  
862 proprietários dos animais, informando sobre os trabalhos futuros de  
863 campanha que dará um prazo para tirarem o gado. Ainda que o  
864 incremento do Turismo não tenha chegado, deve-se iniciar uma campanha  
865 para retirada do gado das áreas, pois muitas delas já foram inclusive  
866 indenizadas e que foram incendiadas no ano passado e que tem o gado  
867 sobre elas. O que é abusivo e cria anexo causal inclusive de autuação,  
868 então este trabalho irá começar de forma estratégica conforme caso de  
869 sucesso em outro local.

870 A campanha vai começar pela rádio junto com cartazes, com uma  
871 campanha: “Parque não é pasto, pasto no Parque é crime, se você tem  
872 gado em áreas pertencentes aos Parques tem até 30 de maio para tirar”. A  
873 presença do gado em áreas pertencentes aos Parques tem provocado  
874 prejuízos a flora, a fauna, as águas e a população, já o Parque é um bem  
875 público. O gado dentro das áreas dos Parques poderá (houve o cuidado em  
876 se colocar a palavra poderá) ser apreendido e multado. Além disso será  
877 feito um ofício para os proprietários dos quais se tem conhecimento que  
878 tem gado em áreas indenizadas e tem até 30 de maio. Como a união não  
879 tem gado, o proprietário de gado é quem tem que cercar sua propriedade.

880 O Sr. Neimar questiona sobre quem é responsável sobre o cercamento.

881 A Presidente diz que se ele tem um gado e suas terras não foram  
882 indenizadas, ele pode ter seu gado dentro de área cercada e não livre em  
883 toda a área do Parque. Desde que contenha o gado onde pertence a ele.

884 O Sr. Pablo concorda com as duas campanhas de notificar e informar.

885 A Presidente diz que “notificar” tem de se fazer uma documentação, irão  
886 iniciar com um “ofício circular”, notificação como passo 2 e autuação  
887 como passo 3, procurando resolver neste meio tempo.

888 Ao explicar como foi feita a implantação da retirada do gado em Minas, a  
889 Presidente conta que todos compreenderam e no primeiro ano retiraram  
890 seu gado. No segundo ano voltaram a aparecer e através de uma ação de  
891 captação destes animais que foram colocados dentro da propriedade do  
892 ICMBIO, os proprietários vieram retirar e nunca mais ocorreu. Porém, isso  
893 ocorreu junto com o fomento da visitação do local e possibilidade de  
894 turismo que abriu novas oportunidades aos proprietários de gado. Autuar  
895 a todos não é um caminho. Conste esta questão em ata.

896 O Sr. Neimar questiona com relação à propagação do fogo uma vez que de  
897 certa forma o mato seco é consumido pelo gado. Sobre o tema do fogo a  
898 Presidente pede para se constar em ata a alteração da coordenação de fogo  
899 nesta UC.

900 A Presidente informa aos conselheiros que o Sr. José Humberto cancelou  
901 o processo de aposentadoria para atender à coordenação da Brigada  
902 Contra Incêndio.

903 A Presidente agradece a todos por mais uma reunião onde foi possível  
904 concluir-se a pauta e estes foram os temas apresentados e discutidos  
905 nesta data e declara encerrada a presente reunião.

### **PRINCIPAIS ENCAMINHAMENTOS**

**REUNIÃO DE CONSELHO CONSULTIVO**

**Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral**

**54ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques  
Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral**

**1. Enviar documentos comentados e apresentados durante a reunião.**

**Responsável:** Josemar Contesini.

**Prazo:** junto a ata.

---

Presidência do Conselho

**REUNIÃO DE CONSELHO CONSULTIVO****Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral****54ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral****ANEXOS****1. Lista de presença:**

PARQUES NACIONAIS DE APARADOS DA SERRA E DA SERRA GERAL  
 CONSELHO CONSULTIVO – MANDATO 2018-2020  
 53ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA – 12 DE MARÇO DE 2018 – LOCAL: SEDE DOS PARQUES -ITAIMBEZINHO



MEMBROS		REPRESENTANTES	CONTATO (E-MAIL, TELEFONE)	ASSINATURA
Titular	Suplente			
Presidente – Chefe das UC - ICMBIO		Clarice Nascimento Lantelme Silva	clarice.nsilva@icmbio.gov.br	
Secretaria Municipal de Turismo de Cambará do Sul		Beatriz Isoppo Trindade	isoppo@cambara.rs.gov.br (51) 999021920	
		Cristiano Ramos Vieira	crv@cambara.rs.gov.br (51) 996061452	
Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Cambará do Sul		Renato Nunes		
		Rosivane Monteiro de Souza		
Secretaria Municipal de Educação de Cambará do Sul		Dirceu Bianchini	dirceu_bianchini@cambara.rs.gov.br	996055742
		Kátia Fabiana de Oliveira		
Secretaria Municipal de Agricultura de Praia Grande		Avenir de Oliveira Martins		
		Sandro José Zomer		
Secretaria Municipal de Turismo de Praia Grande		Ana Lúcia L. Lima	secretaria@cpildoscampos.com	
		Dalvinez Roldão Rosa		
Secretaria Municipal de Turismo de Mapituba		Lediane Valim da Silva		
		João Ferreira da Silva		

17/28

**REUNIÃO DE CONSELHO CONSULTIVO****Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral****54ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral**

PARQUES NACIONAIS DE APARADOS DA SERRA E DA SERRA GERAL  
CONSELHO CONSULTIVO – MANDATO 2018-2020  
53ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA – 12 DE MARÇO DE 2018 – LOCAL: SEDE DOS PARQUES -ITAIMBEZINHO



88	Prefeitura Municipal de Jacinto Machado	José Castro Zanatta		
		Bráz Pereira Moro		
89	Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Rio Grande do Sul - SEMA	Ketuly Fuster Marques	Ketuly-fuster@sema.rs.gov.br	
		Daniel Villasboas Slomp		
90	Câmara Municipal de Vereadores de Cambará do Sul	Daniel Oliveira Macedo		
		Luiz Antônio Teixeira Telles		
91	Instituto Federal Catarinense – Campus Santa Rosa	Jaqueline Posser Gallina	jaqueline.gallina@ifc.edu.br	
		Leila Maria Vasquez Beltrão		
92	Universidade Federal de Rio Grande do Sul - UFRGS	Gerhard Emst Overbeck		
		Valério de Patta Pilar		
93	EMATER – RS / ASCAR – Cambará do Sul	Neimar Fonseca e Silva	neimar@emater.rs.gov.br	
		Camila Trindade Prestes		
94	Universidade UNISINOS	Pablo César Leshmann Albornoz	Pablo1a@unisinos.br	
		Maria Virginia Petry		
95	Sindicato dos Produtores Rurais de Jacinto Machado	ANTONIO JOSE BORTO	antonioborto@spars.com.br	

**REUNIÃO DE CONSELHO CONSULTIVO****Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral****54ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral**

PARQUES NACIONAIS DE APARADOS DA SERRA E DA SERRA GERAL  
CONSELHO CONSULTIVO – MANDATO 2018-2020  
53ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA – 12 DE MARÇO DE 2018 – LOCAL: SEDE DOS PARQUES - ITAIMBEZINHO



Conselho Municipal de Turismo de Cambará do Sul	Paulo Eduardo Macedo Ferretti	acturcs@acturcs.com.br 54-35988-2033	
	Erwin Lillenthal		
ONG Mira Serra	Nivea Franzen	RUBIGETE@GMAIL.COM	
	Lisiane Becker	MIRA SERRA.DRG.BR LISIANE@MIRA@	
Instituto Curicaca	Alexandre José Diehl Kroh		
	Caroline Zank		
Federação Gaúcha de Montanhismo - FGM	Nelson Brugger	nabrugger@gmail.com	
	Gilvan Pereira		
Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica - CERBMA/RS	Juliano Moraes de Oliveira		
	Carla Sueteregaray Fontana		
Associação dos Moradores de Nossa Senhora Mãe dos Homens	Valdir da Silva Selau		
	Elizeu Silveira de Agular		
Associação dos Remanescentes de Quilombo de São Roque	Vilsomar da Silva		
	Dirceu Nunes da Silva		



## REUNIÃO DE CONSELHO CONSULTIVO

### Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral

#### 54ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral

PARQUES NACIONAIS DE APARADOS DA SERRA E DA SERRA GERAL  
CONSELHO CONSULTIVO – MANDATO 2018-2020

53ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA – 12 DE MARÇO DE 2018 – LOCAL: SEDE DOS PARQUES - ITAIMBEZINHO



Associação dos Condutores Locais de Ecoturismo e Turismo de Aventura de Cambará do Sul - ACONTUR	Silvana de Oliveira Marcelo Sartori		
	José Junior Ramos Mota Jesias de Oliveira Martins	gulojoliq@gmail.com 94654447 Condutores Locais de Cambará do Sul	José Junior Ramos Mota 999229113
Associação dos Empreendedores de Turismo de Cambará do Sul - AETURCS	Ándrea Vanin EASON Luis Brito Aguiar	RESERVA DOS PARQUES NATIONAIS - CAMB. DO SUL (51) 999991387	
	Eduardo de Souza Bernadino		
Associação para o Turismo Sustentável dos Aparados da Serra - APARADOSTUR	Amilton Alcides Marcelino	aparadostur@gmail.com	
	Carlos Ataliba Gomes Varella		
Associação Praiagrândense de Empresários de Turismo - APETUR	Alana Dalcin	apetur.2013@gmail.com (51) 984422100 alana.dalcin@gmail.com	
	Luciano Santos Rocha		
Associação de Agências da Serra Geral - ASG	Josemar Contesini	APARADOS DA SERRA AVENTURA LUIZ CARLOS 54. 999845766	
	Giovane Klippel		
Associação Tigre Preto dos Condutores Locais e Guias de Turismo de Jacinto Machado	Joares Recco Furlanetto		

#### PARTICIPANTES / OUVINTES

NOME	ENTIDADE	CONTATO	ASSINATURA
Alexandra Basso	UNISINOS	alebasso22@gmail.com	Alexandra Basso



**REUNIÃO DE CONSELHO CONSULTIVO**

**Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral**

**54ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques  
Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral**

--	--	--	--